



Presidência da República

Mensagem ao Congresso Nacional



2008





Presidência da República

Mensagem ao Congresso Nacional



2008



Copyright © 2008 – Presidência da República do Brasil

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e/ou sítio da Internet onde pode ser encontrado o original (www.presidencia.gov.br).

Tiragem: 4000 exemplares

Impresso no Brasil

Dados Internacionais de catalogação na publicação (CIB)

B823m Brasil. Presidente (2003 - .L. I. Lula da Silva)
Mensagem ao Congresso Nacional, 2008 : 2ª Sessão Legislativa Ordinária da
53ª legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria-Geral da
Presidência da República, 2008.

252p. (Documentos da Presidência da República)

1. Mensagem Presidencial - Brasil, 2008. 2. Desenvolvimento Econômico -
Brasil. 3. Desenvolvimento Sustentável - Brasil. 4. Política Econômica - Brasil.
5. Inclusão Social - Brasil. 6. Política Social - Brasil. 7. Crescimento Econômico -
Brasil. I. Silva, Luiz Inácio Lula da, 1945-. II. Título

CDD - 341.25117



República Federativa do Brasil

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República
José Alencar Gomes da Silva

Ministro de Estado da Justiça
Tarso Fernando Herz Genro

Ministro de Estado da Defesa
Nelson Jobim

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Celso Luiz Nunes Amorim

Ministro de Estado da Fazenda
Guido Mantega

Ministro de Estado dos Transportes
Alfredo Pereira do Nascimento

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Reinhold Stephanes

Ministro de Estado da Educação
Fernando Haddad

Ministro de Estado da Cultura
Gilberto Passos Gil Moreira

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Carlos Lupi

Ministro de Estado da Previdência Social
Luiz Marinho

Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Patrus Ananias de Sousa

Ministro de Estado da Saúde
José Gomes Temporão

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Miguel Jorge

Ministro de Estado de Minas e Energia
Edison Lobão

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado das Comunicações
Hélio Calixto da Costa

Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia
Sergio Machado Rezende

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima

Ministro de Estado do Esporte
Orlando Silva de Jesus Júnior

Ministra de Estado do Turismo
Marta Suplicy

Ministro de Estado da Integração Nacional
Geddel Quadros Vieira Lima

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Guilherme Cassel

Ministro de Estado das Cidades
Marcio Fortes de Almeida

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Dilma Vana Rousseff

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Luiz Soares Dulci

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
José Múcio Monteiro

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Franklin Martins

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Jorge Armando Felix

Advogado-Geral da União
José Antonio Dias Toffoli

Ministro de Estado do Controle e da Transparência
Jorge Hage Sobrinho

Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos
Roberto Mangabeira Unger

Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
Paulo de Tarso Vannuchi

Secretária Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Nilcéa Freire

Secretário Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República
Altemir Gregolin

Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Matilde Ribeiro

Sumário

Apresentação, 9

I – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM INCLUSÃO SOCIAL

II – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO E REDUÇÃO DE DESIGUALDADES

1. Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), 25
 - a) Inovação Tecnológica e Propriedade Industrial, 26
 - b) Fomento aos Investimentos, 28
 - c) Política de Comércio Exterior, 29
 - d) Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, 32
2. Agronegócio, 33
3. Turismo, 45
 - a) Plano Nacional do Turismo, 45
 - b) Programas Regionais de Desenvolvimento, de Regionalização e de Incentivo ao Turismo, 46
 - c) Atração e Promoção de Investimentos, 47
 - d) Cooperação Técnica Internacional, 48
 - e) Infra-estrutura do Turismo, 48
 - f) Serviços Turísticos e Produção Associada ao Turismo, 48
 - g) Promoção do Turismo e do Produto Turístico Brasileiro, 50
 - h) Turismo Sustentável e Infância, 51
4. Trabalho e Emprego, 51
 - a) Estímulo à Geração de Emprego e Renda, 51
 - b) Recuperação do Mercado de Trabalho Formal, 52
 - c) Aumentos Reais do Salário Mínimo, 53
 - d) Garantia dos Direitos do Trabalhador, 54
 - e) Democratização das Relações de Trabalho, 55
 - f) Políticas de Emprego, Trabalho e Renda, 55
 - g) Estímulo à Economia Solidária, 57
5. Inclusão Bancária e Microcrédito, 58
 - a) Ampliação do Volume de Crédito, 59
 - b) Acesso aos Serviços Bancários, 60
 - b.1) Contas Simplificadas, 61
 - c) Crédito Consignado, 61
 - d) Microcrédito e Microfinanças, 62
 - d.1) Microcrédito Produtivo Orientado, 62
6. Incentivo à Aqüicultura e à Pesca, 64
 - a) Ações que Fortalecem a Inclusão e a Organização Social, 65
 - b) Fortalecimento do Setor da Pesca, 65
 - b.1) Profrota Pesqueira, 65
 - b.2) Subvenção ao Preço do Óleo Diesel Marítimo, 65
 - b.3) Crédito aos Pescadores Artesanais e Aqüicultores, 66
 - b.4) Assistência Técnica e Desenvolvimento Tecnológico, 66
 - b.5) Uso de Águas da União e Parques Aqüícolas, 66
 - c) Semana do Peixe, 67
 - d) Investimento na Cadeia Produtiva, 67
 - e) Política Internacional da Pesca, 67
7. Reforma Agrária e Agricultura Familiar, 68
 - a) Reforma Agrária de Qualidade, 68
 - a.1) Investimentos Agrários e Novos Assentamentos, 68
 - a.2) Programa Nacional de Crédito Fundiário, 69
 - a.3) Regularização Fundiária, 69
 - b) Agricultura Familiar, 70
 - b.1) Ampliação do Crédito, 70
 - b.2) Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), 71
 - b.3) Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), 72
 - b.4) Garantia-Safra, 73
 - b.5) Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), 73
 - b.6) Fomento à Diversificação Econômica da Agricultura Familiar, 74
 - b.7) Apoio à Comercialização, 74
 - b.8) Biodiesel e Agricultura Familiar, 74
 - c) Desenvolvimento Territorial, 74
 - d) Política Internacional, 75
8. Desenvolvimento Regional, 76
 - a) Política Nacional de Desenvolvimento Regional, 76
 - b) Infra-estrutura Hídrica, 78
 - c) Defesa Civil, 80

9. Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável, 81
 - a) Plano Amazônia Sustentável (PAS) e Plano BR-163 Sustentável, 81
 - b) Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, 82
 - c) Unidades de Conservação, 82
 - d) Compensação Ambiental, 83
 - e) Programa Nacional de Florestas, 83
 - e.1) Concessão Florestal, 84
 - f) Povos e Comunidades Tradicionais, 84
 - g) Zoneamento Ecológico-Econômico, 84
 - h) Licenciamento Ambiental, 85
 - h.1) Balanço do Licenciamento, 85
 - i) Política Nacional de Recursos Hídricos, 86
 - i.1) Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas, 86
 - i.2) Revitalização de Bacias Hidrográficas, 87
 - j) Resíduos Sólidos Urbanos, 87
 - k) Esfera Internacional, 88
10. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, 88
 - a) Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, 89
 - b) Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas, 90
 - c) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas, 91
 - d) Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social, 93

III - CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

1. Agenda Social, 97
2. Prioridade para os Mais Pobres, 97
 - a) Transferência de Renda: o Bolsa Família, 100
 - b) Políticas de Assistência Social, 101
 - c) Ações de Segurança Alimentar, 104
 - d) Geração de Oportunidades para Inclusão, 106
3. Juventude, 106
 - a) Política Nacional de Juventude, 106
 - b) ProJovem, 107
4. Educação, 108
 - a) Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), 108
 - b) Educação Básica, 109
 - c) Educação Superior, 113
 - d) Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, 115
 - e) Educação Profissional e Tecnológica, 116
 - f) Educação e Diversidade, 117
 - g) Cooperação Internacional, 118
 - h) Financiamento da Educação, 119
 - i) Democratização da Gestão Nacional da Educação, 120
 - j) Indicadores e Avaliações, 120
 - k) Ações Integradas, 122
5. Saúde, 123
 - a) Atenção Básica, 123
 - a.1) Saúde da Família, 123
 - a.2) Saúde Bucal, 123
 - a.3) Alimentação e Nutrição, 124
 - a.4) Hipertensão e Diabetes, 124
 - a.5) Saúde Mental, 124
 - a.6) Saúde da Criança, 125
 - a.7) Saúde da Pessoa com Deficiência, 125
 - a.8) Saúde do Idoso, 125
 - b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade, 125
 - b.1) Saúde Auditiva, 126
 - b.2) Hospitais de Ensino, 126
 - b.3) Hospitais de Pequeno Porte, 126
 - b.4) Terapia Intensiva, 127
 - b.5) Atenção às Urgências e às Emergências, 127
 - b.6) Transplantes, 127
 - b.7) Sangue e Hemoderivados, 127
 - c) Assistência Farmacêutica, 128
 - d) Prevenção e Controle de Doenças e Agravos, 128
 - e) Vigilância Sanitária, 131
 - f) Saúde Suplementar, 131
 - g) Apoio a Fundos de Saúde, 132
 - h) Auditoria, Controle, Ouvidoria e Participação Popular, 132

6. Políticas Afirmativas, 133
 - a) Igualdade Racial, 133
 - a.1) Programa Brasil Quilombola, 134
 - b) Igualdade de Gênero, 134
 - b.1) Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, 135
 - b.2) Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho, 136
 - b.3) Educação, Ciência e Cultura, 137
 - b.4) Estudos e Pesquisas, 138
 - b.5) Saúde, 138
 - c) Povos Indígenas, 138
7. Direitos Humanos, 140
8. Previdência Social, 141
 - a) Regime Geral de Previdência Social, 142
 - b) Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), 143
 - c) Previdência Complementar, 144
 - d) Atendimento ao Cidadão, 144
9. Cultura, 146
10. Esporte, 149
11. Energia – Luz para Todos, 151
12. Inclusão Digital, 151
13. Justiça e Segurança Pública, 152
 - a) Sistema Único de Segurança Pública (Susp), 153
 - b) Sistema Penitenciário Federal, 154
 - c) Combate à Criminalidade, 155
 - d) Combate à Pirataria, 156
 - e) Reforma e Modernização do Poder Judiciário, 157
 - f) Democratização do Acesso à Justiça, 157
 - g) Cooperação Jurídica Internacional, 158
 - h) Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica, 158
14. Prevenção Quanto ao Uso de Drogas, 159

IV – INFRA-ESTRUTURA

1. Energia, 163
 - a) Energia Elétrica, 163
 - a.1) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão, 164
 - a.2) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão, 164
 - a.3) Planejamento do Setor Elétrico, 165
 - a.4) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa), 165
 - a.5) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico, 165
 - b) Petróleo, Gás e Biocombustíveis, 166
 - b.1) Marco Legal do Setor Petróleo e Gás, 167
 - b.2) Infra-estrutura de Transporte de Gás Natural, 167
 - b.2.1) Implantação de Terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL), 168
 - b.2.2) Plano de Antecipação da Produção de Gás Natural na Região Sudeste (Plangás), 168
 - b.3) Refino, Abastecimento e Petroquímica, 168
 - b.4) Nona Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios, 169
 - b.5) Aumento das Reservas de Petróleo e Gás, 169
 - b.6) Regulação e Fiscalização do Setor Petróleo, Gás e Biocombustíveis, 169
 - b.7) Biocombustíveis, 170
 - b.7.1) Biodiesel, 170
 - b.7.2) Etanol, 170
 - c) Geologia e Recursos Minerais, 171
2. Transportes, 171
 - a) Transporte Rodoviário, 173
 - a.1) Conservação, Restauração e Manutenção (Crema), 173
 - a.2) Programa Integrado de Revitalização (PIR-IV), 173
 - a.3) Sinalização nas Rodovias Federais (Pró-Sinal), 173
 - a.4) Plano Diretor Nacional Estratégico de Pesagem, 173
 - a.5) Investimentos na Adequação de Construção de Rodovias, 173
 - . Região Norte, 174
 - . Região Nordeste, 174
 - . Região Centro-Oeste, 175
 - . Região Sudeste, 176
 - . Região Sul, 177
 - a.6) Concessões Rodoviárias, 178
 - b) Transporte Ferroviário, 179

- c) Transporte Marítimo e Hidrovias, 179
 - c.1) Infra-estrutura Portuária, 180
- d) Fomento à Indústria Naval, 181
- e) Cooperação do Exército Brasileiro, 181
- 3. Aviação Civil e Infra-estrutura Aeroportuária, 182
- 4. Comunicações, 184
 - a) TV Digital, 184
 - b) Serviços Postais, 184
 - c) Radiodifusão e Emissoras Comunitárias, 185
- 5. Saneamento, 185
 - a) A Retomada dos Investimentos, 185
 - b) Novo Marco Legal para o Setor de Saneamento, 188
- 6. Habitação, 188
- 7. Planejamento Territorial Urbano, 192
- 8. Mobilidade Urbana, 193
- 9. Trânsito, 194

V – POLÍTICA EXTERIOR E SOBERANIA

- 1. Política Exterior, 197
- 2. Soberania, 201

VI - DEMOCRACIA E DIÁLOGO

- 1. Articulação com a Sociedade Civil, 209
- 2. Diálogo Internacional, 210
- 3. Relações Institucionais, 212
 - a) Articulação Federativa, 212
- 4. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), 213
- 5. Conferências Nacionais e Encontros, 213

VII - GESTÃO DO ESTADO E COMBATE À CORRUPÇÃO

- 1. Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos, 217
- 2. Informatização de Serviços – Investimento em TI, 217
- 3. Transparência da Administração e Controle Social, 218
- 4. Produção e Disseminação de Informações, 219
- 5. Valorização dos Servidores, 221
- 6. Gestão, 222
 - a) Modernização dos Instrumentos de Planejamento e Gestão, 223
 - b) Patrimônio da União, 223
 - c) Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão em Regulação, 224
- 7. Combate à Corrupção, 224
 - a) Auditorias, 225
 - b) Apuração de Denúncias, 225
 - c) Ações de Prevenção e Capacitação, 226
 - d) Combate à Lavagem de Dinheiro, 227
 - e) Combate aos Crimes Contra a Previdência Social, 228
- 8. Defesa Judicial da União, 229

ANEXO

Minhas senhoras e meus senhores,

Esta é a sexta vez que tenho a honra e a grande satisfação de me dirigir ao Congresso Nacional com o objetivo de prestar contas das ações do Executivo e apresentar nossos planos de ação e expectativas.

Os dados e os números que estão sistematizados nesta Mensagem certamente comprovam que vivemos hoje em um País muito melhor do que aquele das últimas décadas. Este resultado, que tanto nos orgulha, é fruto de um enorme esforço coletivo, não somente do Governo Federal, mas do Legislativo, do Judiciário, dos Governos Estaduais, Municipais e de toda a sociedade, que se mostra a cada dia mais consciente e participativa.

Este momento excepcional sem dúvida decorre dos avanços da democracia em nosso País e, ao mesmo tempo, contribui para fortalecê-la e consolidá-la ainda mais.

A economia brasileira certamente cresceu mais de 5% no ano passado, com baixa inflação e, neste ano, continuará crescendo em ritmo semelhante porque os seus fundamentos estão sólidos e ganharam a confiança de todos, tanto interna como externamente.

As reservas internacionais do Brasil, que no final de 2006 eram de US\$ 86 bilhões, alcançaram em dezembro de 2007 US\$ 180 bilhões, correspondendo a mais do que o dobro da dívida externa pública e à quase totalidade da dívida externa do País, e a balança comercial fechou o ano de 2007 com um superávit de US\$ 40 bilhões, refletindo a expansão tanto das exportações quanto das importações.

O emprego tem aumentado juntamente com o valor do salário. Em 2007, foram criados 1.617.392 empregos com carteira assinada, um marco na nossa história. As estatísticas apontam que o desemprego tem diminuído de forma contínua. E a massa salarial cresceu 7% no ano passado, com os trabalhadores obtendo reajustes acima da inflação em quase todas as negociações.

Milhões de famílias foram incluídas no mercado de consumo. Estudos apontam que nada menos de 20 milhões de brasileiros e brasileiras ascenderam nos últimos cinco anos das classes D e E para a classe C. O amplo mercado de massas que está sendo criado em nosso País não apenas é um sinal efetivo dessa vigorosa mobilidade social como significa um dos sustentáculos da retomada do nosso crescimento econômico.

No ano passado, a Organização das Nações Unidas (ONU) incluiu o Brasil, pela primeira vez, no grupo dos países com alto índice de desenvolvimento humano. Isso significa que a luta contra a fome e a pobreza, por meio de um conjunto articulado de programas entre os quais se destaca o Bolsa Família, está dando resultado e obtendo reconhecimento crescente no País e no exterior.

Crescer de modo sustentado e com inclusão social tem sido o nosso objetivo maior e, sem dúvida, a mais significativa conquista destes últimos anos.

Um marco das ações do Governo Federal no ano passado foi o lançamento e a consolidação do PAC – o Plano de Aceleração do Crescimento. Tenho certeza de que neste ano de 2008, o Brasil inteiro começará a sentir de perto os efeitos da implantação das ações do PAC, transformando-se cada vez mais em um verdadeiro canteiro de obras. Até 2010, R\$ 504 bilhões vão ser investidos em rodovias, ferrovias, hidrovias, energia, portos e aeroportos, habitação, água potável e saneamento básico por todo o País.

Tenho de ressaltar que o Governo está empenhado não somente em fazer mais, mas em fazê-lo de forma cada vez mais racional, qualificada e barata, realizando uma gestão eficaz dos recursos públicos. Alguns exemplos significativos demonstram isso: nas licitações para exploração de rodovias, o preço dos pedágios caiu fortemente; no leilão da usina de Santo Antonio, no rio Madeira, o custo do megawatt/hora voltou aos patamares do início da década de 90.

Tudo isso não se consegue sem enfrentar enormes dificuldades e superar obstáculos. Um instrumento fundamental de fortalecimento da democracia e de grande eficácia para garantir esses avanços tem sido o diálogo responsável e qualificado com todos os segmentos da sociedade civil, buscando o equacionamento dos conflitos e a construção de soluções compartilhadas para os graves problemas do País. Este é um dos traços mais marcantes e inovadores do nosso Governo, que sempre faço questão de destacar.

A ampliação dos espaços republicanos e democráticos de diálogo tem dado consequência prática ao princípio constitucional da democracia participativa. Esse diálogo está sendo fundamental para a construção de um novo País. Desde o primeiro mandato, temos investido fortemente no processo de interlocução com a sociedade. Fortalecemos os Conselhos existentes e criamos cerca de 30 novos, naqueles setores onde não havia canais institucionalizados de participação. Entre eles, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e o Conselho Nacional da Juventude. Também reativamos o Consea – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Realizamos mais de 50 Conferências setoriais, mobilizando, até hoje, cerca de dois milhões e meio de participantes nos Municípios, Estados e eventos nacionais, contribuindo diretamente para a elaboração de nossas políticas públicas.

O fortalecimento da integração sul-americana permanece como objetivo prioritário da atuação internacional brasileira. No ano passado, continuou intenso o intercâmbio de visitas entre os mandatários sul-americanos, com a conclusão de inúmeros acordos e medidas concretas de aproximação.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) constitui o mais importante alicerce do projeto de integração regional. Um projeto que vem avançando não só em termos comerciais, mas também nos níveis político e sociocultural. O Parlamento do Mercosul começou a funcionar, o que contribuirá para aumentar a segurança jurídica do processo de integração.

Intensificamos as relações com os países africanos e asiáticos, como também com os parceiros mais tradicionais, Estados Unidos e União Européia.

Em julho de 2007, ao final da Cúpula de Lisboa, foi lançada a Parceria Estratégica Brasil-União Européia, com as seguintes áreas prioritárias: meio ambiente, biocombustíveis e ciência e tecnologia.

Firmamos com os Estados Unidos o Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis para promover a cooperação bilateral, o desenvolvimento do setor em terceiros países e de um mercado global de biocombustíveis.

Em março, foi lançado o Fórum Internacional de Biocombustíveis, em Nova York, pelo Brasil, África do Sul, China, União Européia, Estados Unidos e Índia, tendo por objetivo estabelecer diálogo de alto nível e coordenar posições sobre o assunto.

Vivemos um momento excepcional no nosso País e estamos no rumo certo, mas tenho plena consciência de que é preciso avançar muito mais. Três áreas terão atenção redobrada em 2008: segurança, educação e saúde.

Na segurança, vamos estreitar ainda mais a colaboração com os Estados, dando continuidade ao fortalecimento da inteligência policial, da Força Nacional de Segurança e da Polícia Federal. Lançamos no ano passado o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que contará com mais de R\$ 6 bilhões até 2010 para investir no combate ao crime e na defesa de nossos cidadãos.

Em relação à saúde, no começo de dezembro do ano passado, lançamos um vasto programa que ficou conhecido como “PAC da Saúde”, destinando até 2010 mais R\$ 24 bilhões para o setor. Entre outras coisas, todas as crianças das escolas públicas passariam a ter consultas médicas regulares, inclusive com dentistas e oculistas. Infelizmente, esse processo foi truncado com a derrubada da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), responsável em boa medida pelos investimentos na saúde. Mas tenho certeza de que o Governo, o Congresso e a sociedade, juntos, encontrarão uma solução para o problema.

Quanto à educação, além do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), criamos o Plano de Desenvolvimento da Educação, o PDE, que fará uma revolução na qualidade do ensino no País. Até 2010, serão aplicados R\$ 12 bilhões a mais nos ensinos médio e fundamental, melhorando os salários dos professores, garantindo a sua formação continuada e equipando as escolas. E estamos abrindo 10 novas universidades públicas, 48 extensões universitárias no interior e 214 escolas técnicas em todo o País. Também estamos ampliando o Programa Universidade para Todos (ProUni), que já ofereceu 400 mil bolsas de estudos em faculdades particulares, e lançando o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) que, em 4 anos, vai criar cerca de 400 mil novas vagas nas universidades federais.

O País e o Executivo, Senhoras e Senhores Congressistas, têm muito a agradecer ao Parlamento brasileiro por todas as matérias fundamentais que examinou, e sobre as quais deliberou, durante o ano passado. Juntos, os poderes da República e a sociedade, seremos cada vez mais capazes de trabalhar pelo bem do Brasil, construindo uma nação desenvolvida e socialmente mais justa.

Quero concluir a apresentação desta Mensagem repetindo que sou, ao mesmo tempo, o mais satisfeito e o mais insatisfeito dos brasileiros. Satisfeito porque fizemos muito, e insatisfeito porque tudo isso ainda é pouco diante do tamanho da nossa dívida social.

Que tenhamos, todos, um profícuo 2008, para o bem do Brasil e de todo o povo brasileiro.

Muito obrigado.

Brasília, 6 de fevereiro de 2008.

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República